

01/06/2023 10:15:18 - AE NEWS

ARTIGO/MARCELO KFOURY MUINHOS: O IMPEACHMENT DA DILMA FOI UM ERRO?



Desde 2013, estamos vivendo um aprofundamento do radicalismo político na sociedade brasileira e o impeachment de Dilma Rousseff serviu para aumentar ainda mais as tensões e ressentimentos, o que favoreceu a eleição do Bolsonaro. Aproveitando a perspectiva que a história recente nos dá, o impeachment foi um erro, pois diminuiu ainda mais a civilidade na vida pública e levou pela primeira vez uma extrema-direita muito virulenta ao poder. Esse artigo foi gestado tendo como base o livro do meu colega Fernando Limongi, 'Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato'. Nessas linhas, não só comento o livro, como faço algumas reflexões pessoais sobre o assunto.

O livro mostra, através de consultas ao que foi publicado na época na imprensa, que houve um desmoronamento da coalização que apoiava a presidente devido às investigações da Operação Lava Jato. Quando a classe política se deu conta que a presidente não queria ou não conseguia segurar as investigações contra os líderes partidários, eles mudaram de lado e pularam para a embarcação do vice-presidente Michel Temer. Portanto, segundo Limongi, não foi a pressão popular nem a crise econômica que minaram as bases de apoio da líder do executivo, mas sim uma tentativa dos políticos de se salvarem das investigações.

Uma indagação que o livro levando é qual seria a razão para Dilma Rousseff ter resolvido não contemporizar com as denúncias de corrupção, pois o seu governo era sujeito das investigações. Segundo o autor, as razões para ter fincado bandeira na ética foi uma resposta às tentativas, feitas por setores por PT, de ela ser substituída pelo então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reeleição de 2014. Foi uma aposta ex-post provada suicida do marqueteiro João Santana para dar popularidade à presidente.

A Operação Lava jato, iniciada em Curitiba, se valia de métodos heterodoxos, principalmente da prisão preventiva, para forçar delações premiadas que entregassem a cabeça de alguém acima e, segundo o autor, visava principalmente tirar do poder o PT. Porém, em Brasília, Janot e seus procuradores foram abrindo outras frentes que atingiam mais o PMDB. Nos fins de 2015 e início de 2016, a confusão era tamanha e a insegurança entre as principais lideranças políticas era tão exacerbada, que o bloco de apoio ao governo mudou de lado e embarcou no impedimento como bote de salva-vidas contra a operação, com esperanças de que Temer conseguisse impedir a continuação daquele estado de coisas.

O livro mostra que o impeachment parecia que tinha perdido ímpeto no início de 2016, mas em março, quando houve a condução coercitiva do Lula, a chapa esquentou novamente. Lula resistiu em virar ministro e foi para Brasília tentar segurar o apoio do PMDB. Porém o partido já tinha se bandeado para o lado do PSDB e o impeachment estava praticamente acertado. Outros partidos, como o PP, não mais aceitaram as ofertas de ministérios da Dilma. Nem mesmo as manifestações populares ou mesmo se Lula tivesse eventualmente virado ministro da Casa Civil seriam relevantes para alterar o desenrolar dos fatos.

Além da ex-presidente Dilma, o autor dá destaque a outros dois

personagens: Eduardo Cunha e Aécio Neves. O primeiro, por ser o presidente da Câmara, aquele que tem o poder monocrático de iniciar o processo do impeachment, é apresentado como um grande chantagista durante a sua trajetória política fulminante. A briga da presidente com esse personagem é cheia de detalhes, mas a abertura do processo tem um quê de picada de escorpião: o indivíduo sabe que vai morrer, mas quer levar o desafeto junto. Já o candidato derrotado na eleição de 2014, inicia a prática não democrática de não reconhecer a derrota nas eleições. Foi precursor na tese de desconfiar das urnas eletrônicas, prática típica bolsonarista em tempos mais recentes. Além disso, o livro ressalta o papel do ex-governador de Minas junto com o seu PSDB no financiamento e auxílio da organização dos primeiros movimentos populares, que serviram de base de apoio para o bolsonarismo posteriormente, o Vem para Rua e o MBL.

O livro tira importância dos erros na articulação política e na condução da economia no desenrolar dos fatos. O fato de se ter mantido a coalizão política na eleição de 2014, mesmo os equívocos macroeconômicos cometidos no primeiro mandato, segundo o autor, não seriam suficientes para fazer perder o apoio partidário, mesmo diante da crise econômica, que se desencadeou em 2015 e 2016. Além disso, há um processo de agravamento da crise econômica causada pela Lava Jato, que culminou em forte queda dos investimentos da própria Petrobras, do setor de óleo e gás e do setor da construção pesada. A crise econômica e o cavalo de pau em termos de políticas macroeconômicas logo após a eleição de 2014 custaram grande perda de popularidade da presidente, mas, concordando agora com os argumentos do livro, isso não seria suficiente para fazer com que os partidos da base de apoio fossem para o lado do vice-presidente.

É interessante notar que o próprio Temer e o Aécio (grande apoiador

do vice e candidato forte para 2018) foram feridos de morte na continuação da Lava Jato de Brasília, quando estourou o escândalo das fitas do Friboi, mostrando que era equivocada a aposta da classe política de que Temer estancaria o ímpeto na Lava Jato. Quem acabou com a Lava jato foi o próprio Sérgio Moro, quando se tornou ministro de Jair Bolsonaro. O apoio, que já era tênue, no STF se esvaiu e mostrou que ele realmente tinha uma agenda política oculta de perseguição ao PT e se juntou rapidamente a quem se beneficiou com a prisão do Lula.

A Lava Jato criou uma grande animosidade contra os políticos e descrença nas instituições da democracia representativa, derrubando a presidente Dilma, acabando com os partidos de centro com mais tradição democrática e abrindo as portas para uma direita radical, que é contra tudo e contra todos. Isso não significa que eu seja contra combater a corrupção, mas os métodos da Lava Jato não me parecem seguir os trâmites processuais usuais do estado democrático direito. O que virá a seguir em termos de combate à corrupção e novas lideranças políticas são grandes incógnitas.

Marcelo Kfoury Muinhos é professor da FGV-EESP e consultor econômico. Foi economista-chefe do Citi-Brasil e chefe do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Central.

*Os artigos publicados no **Broadcast** expressam as opiniões e visões de seus autores.*